

HABEAS CORPUS Nº 568.074 - RJ (2020/0072933-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **MICHELLE FELIX BARCELLOS DE ALVARENGA**
ADVOGADO : **MICHELLE FELIX BARCELLOS DE ALVARENGA - RJ177721**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PACIENTE : **DAVI JESUS DE ALMEIDA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DAVI JESUS DE ALMEIDA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Desembargador Cairo Ítalo França David).

Depreende-se dos autos que o paciente, preso em flagrante no dia 18/9/2019, foi condenado, como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, II, do Código Penal, à pena de 5 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão, a ser cumprida no regime inicial fechado.

Na origem, a defesa impetrou prévio *writ*, pretendendo assegurar ao paciente o direito de recorrer em liberdade.

O Tribunal de origem denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 20).

Habeas Corpus por meio do qual se pretende assegurar ao paciente o direito de recorrer em liberdade, com a revogação da prisão preventiva. Subsidiariamente, busca-se a substituição da prisão por medidas cautelares não prisionais. Liminar indeferida. Parecer ministerial pela denegação da ordem. 1. Paciente condenado pela prática do crime previsto no artigo 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, à pena privativa de liberdade de 05 (cinco) anos, 06 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e pena de 14 (quatorze) dias-multa, em regime fechado, não lhe sendo permitido recorrer em liberdade. 2. Quanto à manutenção da segregação do paciente, a decisão foi motivada de forma concisa, não padecendo de qualquer vício, visto que possui fundamentação exigida pela Constituição da República e pela lei. Ele foi preso regularmente e foi prolatada uma decisão condenatória.

3. Segundo se colhe dos autos, a situação processual do paciente permanece a mesma. Ele foi preso regularmente e em seu desfavor foi prolatada uma decisão condenatória. 4. Não são identificados quaisquer atos ilegais ou arbitrários. 5. Ordem denegada.

Superior Tribunal de Justiça

Daí o presente *habeas corpus*, no qual alega a impetrante que a manutenção da prisão preventiva não estaria devidamente fundamentada.

Alega, outrossim, que "*a unidade prisional EVARISTO DE MORAES (Galpão da Quinta), em que o paciente está custodiado, é uma as unidades mais superlotadas do estado, não possuindo as mínimas condições de higiene. Conforme amplamente divulgado pela imprensa no mundo inteiro a única forma de diminuir as consequências sobre os casos de CORONAVÍRUS seria pelo isolamento, o que NÃO É POSSÍVEL DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO SUPERLOTADO*" (e-STJ fl. 11).

Pleiteia, inclusive liminarmente, a liberdade provisória do paciente.

Subsidiariamente, requer seja a prisão preventiva convertida em domiciliar ou, ainda, em medidas cautelares.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Diga-se, ainda, que a questão acerca do advento de fato novo pela pandemia de COVID-19 representa dupla supressão tendo em vista que nem o Juízo de piso nem o Tribunal de Justiça se manifestaram.

Vale mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347.

É de relevo pontuar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a **Recomendação n. 62**, que adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a **Portaria Interministerial n. 7**, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação

Superior Tribunal de Justiça

emergencial.

Desse modo, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada sobre qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator